

**Parcerias público-privadas na Educação Infantil em Maringá (PR):
uma análise histórica das estratégias de privatização**

*Public-private partnerships in early Childhood Education in Maringá (PR):
a historical analysis of privatization strategies*

*Colaboraciones público-privadas en la Educación infantil en
maringá (PR): un análisis histórico de las estrategias de privatización*

Adriana Regina Pereira de Abreu¹
Universidade Estadual de Maringá

Telma Adriana Pacífico Martineli²
Universidade Estadual de Maringá

Resumo: Este trabalho apresenta uma breve retomada histórica da educação infantil no município de Maringá (PR), estabelecendo uma relação entre passado e presente e destacando momentos significativos de interação entre os setores público e privado. Trata-se de um recorte da dissertação de mestrado defendida no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Maringá, cujo tema central são as parcerias público-privadas no município. O objetivo consiste em compreender a trajetória histórica da educação municipal, com ênfase em dois momentos marcantes: a implantação das escolas cooperativas, na década de 1990, e a aprovação e execução do projeto de compra de vagas para a educação infantil, a partir de 2018. Esses dois marcos evidenciam as estratégias adotadas pelo poder público para suprir as demandas educacionais em diferentes contextos históricos. A análise desses dois importantes modelos de privatização da oferta educacional revela que, embora separados por aproximadamente 30 anos, ambos estão inseridos em um mesmo contexto social, econômico, político e cultural da sociedade capitalista, no qual a privatização e a terceirização de serviços públicos são adotadas como alternativas frente a desafios estruturais.

Palavras-chave: Educação Infantil; Privatização; Educação.

Abstract: This work presents a brief historical review of early childhood education in the municipality of Maringá (PR), establishing a relation between past and present, highlighting significant moments of the public and private sectors' interaction. This excerpt is part of a master's thesis defended in the Graduate Program at the State University of Maringá, whose central theme is the public-private partnerships in the municipality. The aim of this article is to understand the historical trajectory of municipal education, emphasizing two remarkable moments: the implementation of the cooperative schools, in the 1990s; and the approval and execution of a project to purchase school placements in private institutions for early childhood education, from 2018 onward. These two milestones evince the strategies public power adopted to meet the educational demands in different historical contexts. The analysis

¹ Mestre em Educação. Universidade Estadual de Maringá (UEM). Maringá, Paraná (PR). Brasil. E-mail: adrianapereira_ji@hotmail.com; Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9326371864348965>; ORCID: <https://orcid.org/0009-0005-2429-3914>.

² Doutora em Educação. Universidade Estadual de Maringá (UEM). Maringá, Paraná (PR). Brasil. E-mail: telmamartineli@hotmail.com; Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4404309943367356>; ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2997-2957>.

of these two important privatization models of the educational provision shows that, although separated by approximately 30 years, both are part of the same social, economic, political and cultural context of capitalist society that adopts privatization and outsourcing public services as alternatives to structural challenges.

Keywords: Early Childhood Education; Privatization; Education.

Resumen: Este trabajo presenta un breve repaso histórico de la educación infantil en el municipio de Maringá (PR), estableciendo una relación entre pasado y presente y resaltando momentos significativos de interacción entre los sectores público y privado. Se trata de un recorte de la disertación de maestría defendida en el Programa de Postgrado en Educación de la Universidad Estatal de Maringá, cuyo tema central son las asociaciones público-privadas en el municipio. El objetivo es comprender la trayectoria histórica de la educación municipal, con énfasis en dos momentos destacados: la implantación de las escuelas cooperativas, en la década de 1990, y la aprobación y ejecución del proyecto de compra de plazas para la educación infantil, a partir de 2018. Estos dos marcos evidencian las estrategias adoptadas por el poder público para suplir las demandas educativas en diferentes contextos históricos. El análisis de estos dos importantes modelos de privatización de la oferta educativa revela que, aunque separados por aproximadamente 30 años, ambos están integrados en un mismo contexto social, económico, político y cultura de la sociedad capitalista, en el que la privatización y la subcontratación de servicios públicos son adoptadas como alternativas frente a desafíos estructurales.

Palabras clave: Educación Infantil; Privatización; Educación.

Recebido em: 15 de maio de 2025

Aceito em: 08 de out. de 2025

Introdução

Este artigo tem como objeto de estudo as parcerias público-privadas na educação infantil no município de Maringá, com foco na aquisição temporária de vagas nas instituições educacionais privadas para o atendimento da demanda dessa etapa da educação básica. A problemática da pesquisa investiga a implantação e consolidação de estratégias de privatização da educação infantil no município de Maringá/PR, especialmente por meio das escolas cooperativas e, posteriormente, da compra de vagas via parcerias com OSCs.

As pesquisas sobre as políticas públicas voltadas à educação infantil revelam um cenário marcado de disputas ideológicas, muitas vezes contraditórias, que relaciona-se diretamente ao contexto social, econômico, político e cultural da sociedade capitalista. Nesse contexto, o município de Maringá tem se destacado na busca por soluções que venham a suprir a demanda por vaga na faixa etária de zero a três anos, por meio de parcerias e contratos com o poder público. Para compreender como se desenvolveu o projeto de compra de vagas para a educação infantil no município, o percurso metodológico inclui, inicialmente, uma revisão de literatura, em base de dados, com objetivo de reunir as produções existentes. A coleta de dados foi realizada no portal da

transparência de Maringá, entre os meses de janeiro à setembro de 2022, a fim de reunir os documentos referentes aos contratos firmados ente a prefeitura de Maringá e as instituições educacionais entre os anos de 2019 a 2022. O levantamento documental recorreu a legislação nacional, estadual e municipal, pertinentes ao objeto de pesquisa.

No que se refere ao levantamento bibliográfico utilizado, destacam-se alguns autores que analisam as relações público-privada na educação brasileira a partir dos anos de 1990, tais como Peroni (2003; 2010; 2012; 2015), Adrião (2015), Carvalho (2020), dentre outros. Esses estudos evidenciam os princípios da privatização, da lógica do mercado cada vez mais latentes dentro das instituições que contribuem para o agravamento das fragilidades do setor educacional.

Quanto à abordagem teórico-metodológica, adotou-se o materialismo histórico, a partir dos escritos de Marx e Engels, por compreender que é necessário conhecer as desigualdades presentes no seio da sociedade para, então, superá-las. O recorte cronológico da pesquisa inicia-se com a aprovação da Lei N° 10722 de setembro de 2018, que instituiu a compra de vaga no município de Maringá, se estendendo até o ano de 2022, quando foi publicado novo edital destinado ao atendimento de mil crianças de zero a três anos que estão na fila de espera por vagas no município.

Cidade canção: origem e fundação do município

A cidade de Maringá, localizada na região Noroeste do estado do Paraná, a aproximadamente 450 km da capital Curitiba. Além de seus bons indicadores socioeconômicos, Maringá apresenta uma trajetória educacional que se destaca em nível estadual e nacional. Entre essas iniciativas, destacam-se as parcerias público-privadas estabelecidas ao longo das últimas décadas, que buscaram atender à crescente demanda por vagas na rede municipal. Compreender essa trajetória é fundamental para refletir sobre os impactos das estratégias de privatização e terceirização na oferta e na qualidade da educação pública no município.

Como descrito em documentos oficiais e livros históricos, a colonização do território que, atualmente, pertence ao estado Paraná, acontece a partir da chegada dos britânicos, atraídos pelas terras férteis da região. No entanto, os primeiros habitantes do Norte do Paraná foram os povos indígenas, como os Guarani, Xetá, Kaingang e Xokleng, que, desde 1500, tiveram suas terras violentamente tomadas pelos europeus que começaram a ocupar a região. Por volta de 1808, Dom João VI ordenou que os povos indígenas deveriam ser catequizados, civilizados e seus territórios deveriam servir de fazenda de criação para o gado, sendo assim, o governador da província de São

Paulo³ convocou o militar Diogo Pinto para comandar a expedição, que atacou os Kaingang, em território paranaense. Mesmo perdendo a batalha, os povos originários continuaram a oferecer resistência. A colonização do Paraná foi um processo marcado por conflitos com povos indígenas, pela exploração econômica e pela chegada de imigrantes que ajudaram a moldar a identidade cultural do estado (Mota, 2012).

Em 1924, uma missão do governo britânico visitou o país e seus integrantes se impressionaram com a fertilidade das terras do Norte do Paraná. De volta a Inglaterra, Lord Lovat, em contato com investidores interessados e, juntos, fundaram a *Brazil Plantations Syndicate Ltda*, que posteriormente foi substituída pela *Paraná Plantations Company*, em 1925, que levantaria fundos para compra de terras e construção de uma estrada de ferro (Luz, 1997).

No Brasil, a empresa inglesa criou uma subsidiária, chamada Companhia de Terras Norte do Paraná, (CTNP) e está adquiriu cerca de 500.000 alqueires de terras na região entre os rios Paranapanema, Tibagi e Ivaí de uma outra empresa, a Companhia Marcondes de Colonização. Em 1944, a CTNP passou a ser gerida por dois investidores paulistas, Gastão Vidigal e Gastão de Mesquita Filho e a partir de 1951 passou a se chamar Companhia Melhoramentos Norte do Paraná (CMNP) (Luz, 1997).

Em 10 de novembro de 1942, aconteceu o lançamento da pedra fundamental de Maringá e começaram a ser erguidas as primeiras edificações para acomodar os migrantes que por lá passavam, atualmente essa região é conhecida como Maringá Velho. No entanto, a data 10 de maio de 1947 é tida como a fundação oficial de Maringá, pois é a data que a CMNP abriu seu primeiro escritório na cidade de Maringá e começou a vender os primeiros lotes na região do Maringá novo (Luz, 1997).

Apesar de estar voltada principalmente para a vida rural e ter como objetivo a exploração agrícola, a colonização desenvolvida no Norte do Paraná não descurou, em seu planejamento geral, do estabelecimento de núcleos urbanos que pudessem servir como pontos de convergências para a vasta região, que necessitava cada vez mais de serviços públicos e privados, como retaguarda para seu desenvolvimento (Luz, 1997, p. 3).

Pode –se dizer que a população que ocupou o território de Maringá foi atraída pelo trabalho nas lavouras de café, seja como proprietária ou empregada, além da busca por melhores condições de vida, conforme divulgado pela CMNP. Essa nova dinâmica impactou diretamente a economia e o desenvolvimento da região, resultando na criação de escolas rurais para atender à crescente demanda (Luz, 1997).

³ O território do estado do Paraná fazia parte da província de São Paulo, conseguindo sua emancipação com estado somente em 1853 (Mota, 2012).

Educação pública em Maringá

De acordo com Schaffrath (2006), pouco antes da fundação oficial de Maringá, por iniciativa de Napoleão Moreira da Silva, Ângelo Planas e Octávio Periotto, comerciantes da época, que intermediaram junto ao prefeito de Apucarana (Maringá era um distrito deste município), criou-se a primeira escola de Maringá, chamada de Casa Escolar. A instituição foi fundada em março de 1946, e no ano seguinte passou a se chamar Escola Isolada do Maringá Velho. A professora Dirce de Aguiar Maia (1921-2012), foi convidada para assumir a direção dessa escola e fez um trabalho junto as famílias para que enviassem seus filhos às aulas.

Em 1947, devido a uma nova reorganização territorial do estado do Paraná, Maringá passou a ser distrito da cidade de Mandaguari, a Escola Isolada passou a se chamar Grupo Escolar Visconde de Nascar tendo seu espaço adequado para atender a demanda cada vez maior de alunos. Em 1949, a Companhia Melhoramentos Norte do Paraná construiu a segunda escola pública de Maringá, o Grupo Escolar do Maringá Novo que mais tarde se tornaria Grupo Escolar Dr. Oswaldo Cruz, a partir desse período, outras escolas foram sendo criadas no distrito de Maringá (Luz, 1997).

Em 1951, Maringá foi elevado à categoria de município do estado do Paraná pela Lei Estadual nº 790, de 14 de novembro de 1951. No ano seguinte, ocorreu a eleição do primeiro prefeito (1952-1956) e, em 1953, foi construída a primeira escola municipal da cidade, a Escola Municipal Bandeirantes. A administração municipal priorizou a expansão da educação, especialmente na zona rural, cujos moradores se deslocavam até o bairro hoje conhecido como Maringá Velho para estudar. O modelo educacional adotado seguia o padrão da Educação Rural no Brasil, garantindo salários fixos e pagamentos regulares aos professores (Amaro; Rodrigues, 1999).

No entanto, Schaffrath (2006) aponta alguns desafios como a escassez de recursos públicos para a construção de novas escolas e a falta de professores qualificados, o que levou à contratação de pessoas com pouca ou nenhuma formação. Para suprir essa deficiência, esses profissionais recebiam orientações diretamente da diretora da escola.

O acelerado crescimento econômico de Maringá resultou na formação de camadas mais ricas da população, que passaram a buscar um ensino de maior qualidade para seus filhos. Esse cenário levou ao desenvolvimento simultâneo das redes pública e particular de educação. Foi nesse contexto que, em 1953, surgiu o Colégio Santa Cruz, dirigido pelas irmãs Carmelitas, tornando-se a primeira instituição a oferecer educação infantil na cidade. No mesmo ano, em um terreno doado pela Companhia Melhoramentos Norte do Paraná

(CMNP), foi fundado o Ginásio Maringá, que mais tarde, em 1969, se transformou no Colégio Marista de Maringá (Sanches, 2002).

Segundo Lara (s/d), além do Colégio Santa Cruz (1953), outras instituições particulares atendiam a educação infantil como Colégio Adventista (1956); Santo Inácio (1957); Nossa Senhora da Glória (1958); São Francisco Xavier (1963); Regina Mundi (1967); Paraná (1967) e Luz Amor (1969).

A partir de 1956, as escolas começaram a ser negligenciadas pelo governo municipal, e os professores enfrentavam atrasos no pagamento de seus salários, resultando na perda de credibilidade junto aos comerciantes locais. Além disso, as instalações escolares passaram a sofrer danos, levando os sitiantes — proprietários dos terrenos onde as escolas foram construídas — a contratar professores particulares para garantir a continuidade das aulas (Zamferrai; Shelbauer, 2020).

Schaffrath (2006) descreve que, a necessidade de melhoria da rede educacional municipal levou a criação da Inspeção Municipal de Ensino que tinha por responsabilidade a administração do ensino nos aspectos pedagógicos e administrativos. A partir do ano de 1977, a gestão municipal implantou um sistema de polarização de ensino nas escolas rurais, adequando as construções e melhorando o atendimento dos alunos.

Na área urbana foram construídas mais de 233 salas de aula, por meio de reformas e construções, além de ofertar mais de 3 mil vagas em pré-escolas em estabelecimentos mantidos com ajuda da Legião Brasileira de Assistência e de organizações particulares. Nessa época a maior pré-escola do Estado era de Maringá, a Pré-escola Dona Guilhermina Cunha Coelho (Sanches, 2002).

O ano de 1969, foi implantada a Unidade Polo de Ação da Pré-escola (UPAPE), que foi construída na Vila Operária e inaugurada em 26 de junho de 1970 e posteriormente expandida pra outros bairros (Filipim, 2014).

Sobre o conteúdo ministrados nas escolas, Amaro e Rodrigues (1999) asseveram que, até o ano de 1969 era ensinado aos alunos aquilo que os professores consideravam ser necessário, a partir de 1970, a secretaria de educação elaborou um plano curricular único, que posteriormente foi sendo melhorado com base no artigo 4 da Lei nº5692/71. A referida lei também previa a implantação do ensino de 1º grau em oito séries sob responsabilidade do município, inicialmente, essa reforma ocorreu em 12 das 43 escolas.

Esse processo durou até 1978, quando se iniciou a implantação da nuclearização, com a criação de três núcleos, em 1979 aumentou para mais três e em 1980 expandiu-se para sete núcleos. Cada núcleo correspondia a uma escola com quatro ou mais salas de aula, sala para equipe pedagógica e ambulatório odontológico. Para Amaro e Rodrigues (1999, p. 379).

Um dos objetivos principais do projeto de nuclearização era resolver a questão da infraestrutura, deixando a melhoria pedagógica para um momento posterior. Fato explicável pela situação periclitante das instalações físicas, no tocante aos altos custos de conservação, manutenção e reforma das escolas isoladas.

Nessa mesma época, foram fundadas as primeiras creches de Maringá, entre os anos de 1978 e 1979. Essas instituições, destinadas a criança de 0 a 6 anos, eram conveniadas com a extinta LBA (Legião Brasileira de Assistência) e administradas pela Secretaria de Educação do Município, possuíam um caráter assistencialista, a fim de atender famílias menos favorecidas.

No que se refere aos anos de 1970, Lara (s/d) retrata que:

Se a educação pré-escolar deixou há “pouco” seu caráter assistencialista, passando nesse período para uma caracterização compensatória, pressupõe-se que, não havendo preocupação com a educação pré-escolar, no plano legal, as discussões acadêmicas tenderão a apresentar uma carência de conhecimentos teóricos e empíricos, problema esse que tenderá a ser superado nos anos 1980 (Lara, s/d, p.9).

Em 1983, as creches foram desvinculadas da Secretaria da Educação e passaram a ser administradas pela Fundação de Desenvolvimento Social de Maringá. A rede municipal atendia da pré-escola a 8º série do ensino fundamental (Amaro; Rodrigues, 1999).

Entre os anos de 1989 a 1991, a gestão municipal, impulsionado pelo neoliberalismo, desenvolveu uma política na qual transferia a responsabilidade de gestão dos serviços públicos como educação, saúde, coleta de lixo, entre outras, para a iniciativa privada. Algumas instituições educacionais públicas passaram pela experiência da privatização dos serviços públicos, que consistia na contratação de empresas, constituídas por professores e outros profissionais, responsáveis pela gestão das instituições e para isso recebiam um valor por aluno. Para compreender melhor o projeto implantado pela administração municipal se faz necessário uma breve contextualização.

Notas sobre a escola cooperativa de Maringá

No município de Maringá a chamada terceirização dos serviços públicos, ocorreu por meio da contratação de empresas para assessorar ou até mesmo realizar serviços, visando a redução dos custos por parte do poder público (Amaro; Rodrigues, 1999).

Fundada em 1947, Maringá experimentara um processo de desenvolvimento econômico e urbano relativamente acentuado, tornando-se muito cedo, pólo de uma vasta região e a terceira maior cidade do Estado. A esse desenvolvimento, que se expressava no crescimento da população urbana, correspondeu a formação de uma significativa estrutura de serviços públicos: educação, saúde, limpeza, transporte etc. [...] com exceção do transporte coletivo, gerenciado [...] pela iniciativa privada [...] até 1989, momento em que o Executivo anunciou a deflagração da privatização, não se tem notícia da insatisfação popular para com a qualidade dos serviços públicos municipais (Dias, 1995, p.4).

Segundo Dias (1995), a nova administração municipal, no ano de 1989, deu início ao processo de privatização com a publicação do edital para que empresas adquirissem o patrimônio do setor de coleta de lixo.

No mês de abril, do mesmo ano, diversas entidades civis do município participaram do Fórum Maringaense em Defesa do Patrimônio Público, alertando a população sobre os impactos do projeto da administração municipal. Diante da resistência e do desgaste político, a iniciativa foi adiada e retomada apenas no ano seguinte, quando, aproveitando brechas legais, a privatização do serviço de coleta de lixo foi concretizada por meio da contratação de uma empresa privada para executar o serviço.

Na segunda fase do projeto de privatização, a “experiência adquiriu modelos mais complexos”, uma estrutura com base na gestão privada do serviço público, mas divulgado pela administração como a “adoção de um novo paradigma de serviços públicos” (Dias, 1995, p. 9 e 10). Nessa época, a educação pública apresentava bons níveis de qualidade, mesmo assim a distorção no sistema educacional, o aumento no quadro de servidores públicos eram os supostos desafios a serem vencidos pela gestão que tinha a perspectiva liberal como modelo a ser seguido (Gadotti; Romão, 1993). Devido a isso, adotou-se o modelo de microgestão privada na educação.

A finalidade dessa proposta consistia em entregar a administração das unidades escolares às cooperativas de trabalhadores, sendo que estas prestariam serviço ao poder público, sem vínculo trabalhista. O contrato seria firmado após processo licitatório, pelo qual foram estabelecidas regras, obrigações de ambas as partes e as sanções, caso as cláusulas fossem descumpridas (Gadotti; Romão, 1993, p. 6).

Dias (1995) ressalta que, ao contrário da terceirização da coleta de lixo, onde a empresa com toda sua infraestrutura foi contratada para gerir o setor, na rede municipal de educação a contratação ocorreu para que terceiros administrassem toda infraestrutura e recursos públicos.

A implantação desse novo modelo de gestão da escola pública começou com a divulgação do edital de licitação, no mês de janeiro de 1991. O primeiro contrato firmado,

válido por 12 meses, foi validado para gestão da escola Profa. Agmar dos Santos, que contava com 630 alunos matriculados. No segundo semestre do ano de 1991, foi aberto uma nova licitação para gestão de mais duas escolas. No início de 1992, 13 das 14 escolas urbanas do município foram integradas ao projeto. Ao final, todas as escolas urbanas foram transformadas em escolas cooperativa.

De acordo com Silva (2007), a orientação pedagógica ficava a cargo da Diretoria de Educação que realizava as reuniões de estudo e planejamento com os professores e membros da equipe, além de organizar os cursos e seminários. Os professores das cooperativas tinham 4 horas de carga horária de trabalho semanal para participar dessas atividades.

Azevedo (2021, p. 56) destaca que:

A 'microgestão privada' transformava cada escola em uma unidade de custos' e a rede municipal em um sistema de 'produção contínua', e a rede municipal em um sistema de 'produção contínua' que se caracterizando pela formação em série (produção) de alunos, considerados, por este modelo gerencialista, produtos padronizados, cujos custos poderiam ser calculados em planilhas e cuja qualidade de ensino poderia ser aferida pelos resultados em avaliações também padronizadas.

A propaganda veiculada pela administração ressaltava que a escola continuaria sendo pública, universal e gratuita, no entanto, ganharia contornos mais eficientes nos aspectos administrativos e qualitativo com a administração privada. Azevedo (2018), diz que não seria correto classificar as Escolas Cooperativas como ensino público e gratuito com microgestão privada, pois as cooperativas se pareciam com uma organização privada visando o lucro.

Dias (1995, p. 16) destaca que a chamada "Administração Liberal" utilizou a ideia de que toda gestão pública é ineficiente e sujeita à deterioração para justificar suas iniciativas de privatização. Mesmo com as escolas cooperativas ainda em fase inicial, a administração municipal recorreu à propaganda para promover um suposto sucesso antecipado do modelo.

No segundo semestre de 1991, a Prefeitura de Maringá já distribuía a revista "Escola Cooperativa: Ensino Público com Microgestão Privada", apresentando-a como referência das supostas vantagens da privatização. A publicação reforçava a privatização como solução para os desafios da administração pública, adotando um discurso ideológico que desconsiderava as reais demandas e os debates educacionais.

O projeto enfrentou resistência tanto dentro quanto fora das instituições educacionais, com a mobilização do Fórum em Defesa do Patrimônio Público e outras entidades. Nos dias 24 de setembro e 17 de outubro de 1991, professores organizaram passeatas contra a privatização.

No dia 24 de outubro de 1991, uma nova manifestação teve maior adesão, contando com a participação de alunos de escolas estaduais, pais, professores, estudantes universitários e membros da comunidade em geral, todos unidos contra os modelos de privatização em implantação. Na ocasião, um abaixo-assinado com aproximadamente 19 mil assinaturas foi encaminhado ao prefeito, à Câmara de Vereadores e à seção local da OAB, exigindo o fim das escolas cooperativas (Dias, 1995).

Paulo Freire, numa entrevista concedida durante a passagem pela Universidade Estadual de Maringá, se posicionou em defesa da escola pública:

[...] A educação não deve ser, nunca, fonte de lucro, como uma mercadoria qualquer. Se isto estiver acontecendo em Maringá, devem protestar [...]. É inadmissível a transferência de responsabilidade do município com a educação para o setor privado. O executivo tem o dever de criar e assistir as escolas municipais. Isso significa um atentado à liberdade, só verificados em governantes autoritários e sem a premissa de trabalhar pelo bem-estar de sua comunidade. Espero que o prefeito de Maringá volte atrás nessa verdadeira bandalheira contra o ensino fundamental. Sou totalmente contra e, se for preciso, lutarei a favor da manutenção do ensino público. (JORNAL DO POVO, 19 out, 1991, p. 4 apud Silva, 2007, p. 94 e 95).

Em outubro de 1991, numa articulação entre o Fórum maringaense e o Fórum Paranaense em Defesa da Escola Pública emitiu uma carta aberta expondo seu posicionamento, questionando se o caráter público da escola seria preservado, pois o que estaria sendo propagado era um sistema de produtividade e a mercantilização do ensino. Outro ponto da carta se refere ao fato de que a privatização seria mais onerosa do que a gestão pública, pois além da margem de lucro, a prefeitura ainda arcava com toda a infraestrutura necessária para a execução do serviço. Dias (1995, p. 14) expõe que o Fórum alertava sobre:

A busca da lucratividade levaria ao sucateamento de materiais, ao arrocho salarial e à contratação de mão de obra barata e pouco qualificada, fato estimulado pela inexistência de concurso para ingresso no quadro do magistério. Além do mais o nome “cooperativa” era um biombo publicitário para encobrir uma sociedade empresarial por cotas limitadas [...].

O Fórum em Defesa do Patrimônio Público argumentava que as escolas cooperativas representavam uma forma de privatização do ensino na cidade. Além disso, apontava a inconstitucionalidade da iniciativa, pois envolvia o repasse de verbas públicas para entidades privadas com fins lucrativos. No entanto, a relação entre as escolas cooperativas e a comunidade foi intensa, a ponto de, durante a campanha eleitoral de 1992, muitos pais se mobilizarem para que a futura administração mantivesse o projeto (Gadotti; Romão, 1993).

Apesar desse apoio popular, o modelo começou a declinar ainda no final de 1993, com o fim da gestão municipal e devido aos diversos desafios enfrentados pela administração. O Ministério Público do Estado do Paraná ingressou com uma Ação Civil Pública contra a Prefeitura Municipal, pois a implementação do projeto ocorreu antes da regulamentação legal que permitiria que empresas privadas recebessem recursos públicos para esse fim, sendo assim a ação foi considerada procedente, declarada nulas as licitações realizadas pela prefeitura para a contratação de empresas prestadoras de serviços educacionais. (Azevedo, 2018).

O novo prefeito eleito para o mandato (1993-1996), extinguiu as iniciativas de privatização em todo setor público, incluindo as Escolas Cooperativas, que apesar da sua curta duração, deixou claro o viés mercantil, pois tratava as instituições públicas e a educação como um produto a ser gerenciado pela iniciativa privada (Dias, 1995).

A nova administração após retomar a gestão pública das instituições municipais, reabriu concursos para contratação de servidores para Secretaria de Educação, já que o quadro que a administração passada havia deixado era insuficiente para manter a estrutura funcionando (Amaro; Rodrigues, 1999).

A secretaria de educação, logo no início de 1993, apresentou um estudo mostrando as divergências entre a realidade encontrada e o suposto sucesso apontado pela administração anterior. Entre os dados relatados encontram-se problemas como o sucateamento dos prédios públicos, a baixa qualidade do material didático, dificuldades na contratação de pessoal, aumento do quadro de funcionários para a fiscalização das empresas. Outro dado apontado pelo relatório é que, devido à alta rotatividade de empresas e funcionários, a prefeitura teve que arcar com custos e serviços que deveriam ser de responsabilidade das empresas contratadas. Houve também casos de descumprimento das leis trabalhistas, agravando ainda mais a precarização do serviço educacional (Dias, 1995).

A Educação Infantil municipal: de 1993 até a atualidade

Com os novos rumos, a partir de janeiro de 1993, a educação infantil passou novamente para a responsabilidade da Fundação de Desenvolvimento Social de Maringá, órgão da Prefeitura Municipal, responsável pela transferência das verbas às instituições (Maringá, 2015).

Em cumprimento a Lei de Diretrizes e Bases da Educação 9394/96 e a Deliberação 003/99 do Estado do Paraná, no ano de 2000, o município incorporou o quadro de funcionários da Fundação e no início de 2001, a Secretária de Educação sob a nova

Administração Municipal concluiu o determinado na LDB e assumiu a responsabilidade total da educação infantil municipal, incorporando em seu quadro mais 42 Instituições de Educação Infantil, sendo 26 governamentais e 16 filantrópicas ou conveniadas, que passaram a ser mantidas somente pela prefeitura (Maringá, 2015).

A partir do ano de 2001, a Secretaria de Educação inicia um processo de reorganização e efetivação de políticas para a educação infantil em consonância com as políticas nacionais e estaduais, com o objetivo de afirmar o caráter educacional dessa faixa etária, distanciando-se das ações assistencialistas que ainda permeavam as instituições (Silva, 2006).

Desde a incorporação da Educação infantil na Secretaria de Educação foram aprovados, implantados e até revogados durante esse período, dispositivos legais afirmando a gestão democrática nas instituições. Pode-se citar o decreto que previa a eleição para diretores⁴; e o estabelecimento dos critérios para matrícula nos Centros de educação infantil⁵; em 2003, a elaboração do Projeto Político-Pedagógico para a Educação Infantil e do Regimento Escolar; em 2004, a Proposta Curricular e Projeto do Plano Municipal de Educação; em 2015, Plano Municipal de Educação⁶; em 2017 lei que institui a Gestão Democrática⁷ e Regimento Interno do Conselho Municipal de Educação⁸.

Em relação aos dados das instituições públicas, pode se constatar que, no ano que a prefeitura assumiu a responsabilidade da educação infantil municipal, em 2001, a rede contava com 185 professores, 5.810 alunos e 42 instituições. No ano de 2024, o número de professores era de 1.353 para atender a demanda de 13.587 alunos nas 64 unidades.

Um fato extremamente relevante para a educação infantil municipal, aconteceu a partir do ano de 2017. Visando a atender a demanda existente, a prefeitura publicou o Edital de credenciamento nº158/2017, para a celebração de parcerias com Organizações da Sociedade Civil (OSC) para execução de atividade destinada ao atendimento de alunos da Educação Infantil. O objetivo do edital era alcançar vagas para o atendimento de 300 crianças de zero a três anos, no entanto, apenas 75 alunos foram contemplados pois uma OSC participou do processo.

No ano seguinte, em 2018, apesar do município já atender, aproximadamente, 13 mil crianças de zero a cinco anos de idade nos 63 Centros Municipais de Educação Infantil, a

4 Decreto Municipal nº1281/2001.

5 Portaria 001/2002 – Maringá – PR.

6 Lei nº 10.024/2015.

7 Lei nº 1096/2017.

8 Decreto Municipal nº822/2017.

lista de espera ainda contava com cerca de 3,7 mil crianças. Devido ao grande número de crianças aguardando atendimento, o Ministério Público do Paraná (MPPR) ingressou com uma ação judicial solicitando que o município zerasse essa lista. Para atender tal ação, o poder público alegou que as vagas nos CMEIS estavam preenchidas, além da impossibilidade para a contratação de pessoal para atender novas turmas, devido ao fato do município estar próximo do limite prudencial estabelecido pela Lei de Responsabilidade Fiscal. Tais alegações levaram a prefeitura a criar a Lei 10.722/2018, sancionada em 19 de setembro de 2018, que trata da aquisição temporária de vagas do ensino da educação infantil em entidades educacionais privadas.

A Lei previa que o município deveria atender oferta de vagas públicas na rede pública municipal de educação infantil, por meio da expansão da rede pública, no entanto, autorizava o município a firmar contratos e convênios com o setor privado para aquisição temporária de vagas para suprir a demanda excedente. Sobre a forma de financiamento, a Lei dispõe que:

Art. 9. As despesas oriundas desta Lei correrão à conta de dotação orçamentária própria da Secretaria Municipal de Educação – SEDUC e do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Básico e do Salário Educação, podendo haver alocação, igualmente, de recursos livres do Tesouro Municipal, caso necessário (MARINGÁ, 2018).

O edital nº 248/2018, para os credenciamentos das instituições educacionais privadas, para atendimento de crianças de 0 a 3 anos e 11 meses, foi aberto no dia 25 de setembro de 2018. Houveram diversos posicionamentos contrário a essa proposta, como do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Maringá (SISMMAR) e do Observatório Social de Maringá (OS) que levou a Prefeitura de Maringá acatar a recomendação de impugnação dos itens sobre as atividades extracurriculares e da ausência de critérios de classificação das credenciadas, no entanto, em 20 de novembro de 2018, a prefeitura suspendeu esse edital por 15 dias, e, conforme solicitação da Secretaria Municipal de Gestão, em 19 de dezembro de 2018 foi revogado.

Em 2019, a prefeitura iniciou o credenciamento de instituições educacionais privadas, com a abertura de um novo edital, nº 002/2019, visando atender 2 mil crianças de zero a três anos. No ano de 2020, o credenciamento foi suspenso devido ao avanço da pandemia do coronavírus (SARV-CoV-2) causada pela Covid-19 por todos os países, inclusive no Brasil, onde diversas medidas para contenção do vírus foram adotadas. No estado do Paraná o Decreto nº 4.258/20 determinou a suspensão das aulas presenciais e em Maringá, o governo municipal determinou o fechamento das unidades escolares a partir de 20 de março. Em relação aos contratos entre a prefeitura de Maringá e as instituições particulares, um novo termo aditivo suspendeu o repasse dos valores e ficou

acordado a suspensão do contrato em 1º de abril de 2020 até a data que fosse possível retornar as aulas. A partir de 01/03/2021, um novo termo aditivo foi assinado com as instituições particulares já credenciadas, cessando assim a suspensão contratual, permitido o retorno das aulas na forma de ensino presencial, híbrido e/ou não presencial, conforme orientações das autoridades legais e Decretos Municipais e/ou Estaduais.

No ano de 2022, um novo termo aditivo foi assinado com as mesmas instituições renovando seus contratos pelo período de 01/02/2022 até 31/01/2023, porém também foi aberto um novo edital, nº 29, para credenciamento de novas instituições. Os novos contatos foram sendo assinados no decorrer desse ano.

Em 2023, o edital de credenciamento nº 27 abre espaço para o credenciamento das instituições privadas para o atendimento de até 1000 crianças, nessa oportunidade foram firmados mais 9 contratos.

O edital Nº 276 foi lançado em 21 de novembro de 2024, visando ao atendimento de mais 772 criança, sendo pago pelo poder público R\$ 1.447,04 (um mil, quatrocentos e quarenta e sete reais e quatro centavos) mensal / por criança. Dados do portal da transparência de Maringá indicam que cerca de 17 instituições assinaram contrato com a prefeitura.

Pode-se perceber que no decorrer dos anos a quantidade de alunos atendidos e os valores pagos pelo poder público tiveram um aumento significativo. De acordo com os dados disponibilizados pela prefeitura municipal, a previsão é que, no ano de 2025, cerca 3.500 alunos sejam atendidos pelo projeto de compra de vagas. No que se refere ao atendimento da etapa educação infantil, atualmente o município possuiu 64 Centros Municipais de Educação Infantil que atendem cerca 13.547 alunos.

Considerações finais

A história da educação em Maringá está intrinsecamente ligada ao desenvolvimento econômico e social da cidade, refletindo as transformações urbanas, industriais e demográficas. Desde a criação das primeiras escolas rurais até a expansão das redes pública e privada, observa-se um percurso marcado por desafios, avanços e embates ideológicos.

A privatização da educação, embora frequentemente apresentada como uma solução para os desafios estruturais do ensino público, tem gerado uma série de fatores que comprometem não apenas a equidade no acesso à educação, mas também sua função social como instrumento de inclusão e desenvolvimento.

No contexto analisado, a educação municipal foi influenciada pelo modelo neoliberal, que já predominava na gestão pública em nível nacional. Essa influência se manifesta de

diferentes formas ao longo da história da educação municipal, como na criação das escolas cooperativas e, posteriormente, na implementação da compra de vagas na educação infantil. Ambos os momentos refletem a inserção crescente da lógica privatista no ensino público, embora se configurem de maneiras distintas em termos de gestão e impacto.

Os dados analisados evidenciam que as parcerias entre a iniciativa privada e o poder público vêm se tornando uma tendência crescente em diversos setores da administração pública, especialmente na educação. Essa expansão é impulsionada por fatores como restrições fiscais, políticas de austeridade e a influência de organismos internacionais que promovem a privatização como solução para desafios estruturais do setor.

Diante desse cenário, é essencial que as políticas educacionais priorizem o fortalecimento da educação pública, gratuita e de qualidade, garantindo investimentos adequados na infraestrutura das escolas, na valorização dos professores e na ampliação da oferta de vagas sem depender da privatização. Apenas um sistema educacional sólido e inclusivo pode reduzir desigualdades, promover desenvolvimento social e garantir o direito à educação como um bem público e não como uma mercadoria. Dessa forma, torna-se fundamental que gestores e a sociedade civil atuem na defesa de um modelo educacional comprometido com o interesse coletivo e com a democratização do ensino.

Referências

AMARO, H. S; RODRIGUES, I. S. *Educação municipal em Maringá: uma história em meio século*. In: DIAS, R. B; GONÇALVES, J.H.R. Maringá e o norte do Paraná: Estudos de história regional. Maringá: Eduem, 1999.

AZEVEDO, M. L. N. A. “*Escola Cooperativa de Maringá*” ou uma escola com “*ensino público e gratuito com microgestão privada*” (1991-1992): Uma experiência de charter school no Brasil avant la lettre. Arquivos Analíticos de Políticas Educativas, 2018. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/328291315_A_Escola_Cooperativa_de_Maringa_ou_uma_escola_com_ensino_publico_e_gratuito_com_microgestao_privada_1991-1992_Uma_experiencia_de_charter_school_no_Brasil_avant_la_lettre. Acesso em: 25/08/2022.

AZEVEDO, M. L. N. *Educação e gestão neoliberal: a escola cooperativa de Maringá, uma experiência de Charter School?* Maringá: Eduem, 2021.

DIAS, R. B. *O público e o privado na educação: a experiência da privatização do ensino em Maringá e temas afins*. Maringá: Secretaria de educação do município de Maringá, 1995.

FILIPIM, P. V. de S. *A institucionalização da educação pré-escolar municipal de Maringá: do ‘parquinho infantil’ a unidade polo de ação da pré-escola - Upape (1969 – 1974)*. Dissertação. Universidade Estadual de Maringá, Maringá, PR. 138p. 2014.

GADOTTI, M.; ROMÃO, J. E. *A educação e o município: sua nova organização*. Brasília: MEC, 1993.

IBGE. Cidades e Estados. 2023. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/pr/maringa.html>. Acesso em: 10/01/2023.

LARA, A. M. de B. A história da educação pré-escolar no Município de Maringá-PR (1950-1980).

LUZ, F.. *O Fenômeno urbano numa zona pioneira: Maringá: Prefeitura do município de Maringá*, 1997.

MARINGÁ. *Centro Municipal de Educação Infantil Dona Guilhermina Cunha Coelho*. 2015. Disponível em: <http://www.maringa.pr.gov.br/portal/?cod=portal/6/pagina/711/centro-municipal-de-educaccedilatildeo-infantil-dona-guilhermina-cunha-coelho>. Acesso em: 12/10/2022.

MARINGÁ. *Lei 10.722/2018 de 19 de setembro de 2018*. Dispõe sobre a aquisição temporária de vagas do ensino da educação infantil em entidades educacionais privadas e dá outras providências. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/pr/m/maringa/lei-ordinaria/2018/1072/10722/lei-ordinaria-n-10722-2018-dispoe-sobre-a-aquisicao-temporaria-de-vagas-do-ensino-da-educacao-infantil-em-entidades-educacionais-privadas-e-da-outras-providencias>. Acesso em: 10/08/2022.

MOTA, L. T. *História do Paraná*. Maringá. Eduem. 2012.

SANCHES.A. *Maringá: sua história e sua gente*. Maringá: Editora Massoni, 2002.

SCHAFFARTH, M. dos A. S. *A escola normal em Maringá - PR: O ensino público como projeto político*. Coleção Navegando pela História Brasileira, HISTEDBR, 2006. Disponível em: <https://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/acervos/a-escola-normal-em-maringa-pr-o-ensino-publico-como-projeto-politico>. Acesso em: 10/05/2022.

SILVA; S. S. de C. *Educação Infantil Inclusiva: das políticas públicas à formação docente na rede municipal de Maringá*. Dissertação. Universidade Estadual de Maringá. Maringá, PR. 137p. 2006.

SILVA, C. M. *Escola cooperativa: Uma experiência em ensino público com gestão privada*. 2007. 179 F. Dissertação. Universidade do Oeste Paulista, Presidente Prudente, 2007.

ZAMFERRARI, J. G; SCHELBAUER, A. R. *A arquitetura das escolas municipais rurais de Maringá (1947-1968)* Revista Multidisciplinar em Educação, Jan./ Dez., 2020. Disponível em: <file:///C:/Users/user/Downloads/admin,+06.5530-1.pdf>. Acesso em: 10/05/22.